

Manuela Barreto Nunes

Av. da Liberdade, 369, 3º Dto – 4710-251 Braga

tel. 253 261 541

e-mail – mnunes@upt.pt

Nota biográfica:

Docente da Universidade Portucalense. Doutora em Documentação pela Universidade de Granada. Foi bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia entre 1999 e 2002. Formadora especialista na área de Bibliotecas, acreditada pelo Conselho Coordenador da Formação Contínua, desde 1994. Entre 1990 e 1999 exerceu as funções de técnica superior de Biblioteca e Documentação nas Bibliotecas Municipais de Vila Nova de Famalicão e Vila Verde, tendo ainda sido responsável pelo Arquivo Municipal de Vila Verde.

Para um acesso democrático às colecções de carácter local: o papel da biblioteca pública⁽¹⁾

Manuela Barreto Nunes

Resumo

O Fundo Local é um dos mais importantes serviços disponibilizados pelas Bibliotecas Públicas. A natureza das colecções que o constituem, o tipo de utilizadores aos quais se dirige e a sua relação com outras instituições locais como Museus, Arquivos e Centros de Documentação são o tema deste artigo, que também reflecte sobre o seu papel enquanto forma de assegurar o cumprimento das missões da Biblioteca Pública, tal como são enunciadas pelo Manifesto da UNESCO. Não ignorando as alterações provocadas pela sociedade informacional, são ainda abordadas questões como o uso e o acesso, as redes e a cooperação.

Descritores: Bibliotecas Públicas / Fundo Local

Abstract

The Local Collection is one of the most important services of the Public Libraries. The nature of the documents which it collects, the variety of its users and its relationship with other local organisations, such as Museums, Archives and Documentation Centres are the object of this article, which also reflects on the role of the Local Collections in the accomplishing of the missions of the Public Library, as

stated by the UNESCO Manifesto. The changes provoked by the informational society in aspects like the access and the use of the collections are also questioned, as well as the importance of networks and co-operation.

Keywords: Public Libraries // Local collections

Na generalidade das definições de biblioteca pública que encontramos em documentos internacionais como o *Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública* (IFLA / UNESCO, 1994), ou nacionais como o *Manifesto sobre A Leitura Pública em Portugal* (1983), para citar apenas textos de carácter geral, esta define-se menos pela essência do que pelas funções.

De acordo com estes documentos a biblioteca pública é, para além de um centro de informação multimédia, “a porta local de acesso ao conhecimento” (IFLA / UNESCO, 1994) e a sua existência justifica-se pelo “estabelecimento de uma relação entre a criação e o público, com uma dupla finalidade: cultural – possibilitar o acesso de todas as camadas da população às fontes de conhecimento nas suas diversas formas – e social – contribuir para a afirmação do indivíduo na comunidade, conferindo-lhe a possibilidade de exercer plenamente o acto de escolher” (*A Leitura Pública em Portugal*, 1983).

Neste sentido, “uma biblioteca pública só poderá ser entendida como tal se, ao assumir como objectivos a educação, a informação, a cultura e o lazer, tiver como finalidade contribuir para assegurar a qualidade de vida e fomentar a vivência de uma sociedade democrática tornando acessíveis os registos da experiência humana e assim promovendo a livre circulação de ideias e informação” (LIBRARY ASSOCIATION, 1984).

Segundo o capítulo do Manifesto da Unesco dedicado à definição de biblioteca pública, esta é o “centro local de informação” que, e exprimindo logo de seguida uma acção, “...torna prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros”.

Mais adiante, e já explicitamente no campo das missões da biblioteca pública, o Manifesto inclui o seguinte ponto: “assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação local”, isto depois de ter identificado a promoção do “conhecimento sobre a herança cultural” e antes de indicar a necessidade de “proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse.” (sublinhados da autora)

Temos pois que, quer na definição de biblioteca pública enquanto instituição, quer na enumeração das suas funções e objectivos, a relação com a localidade, com a

memória e a informação corrente sobre a vida local, e com o fornecimento de informação aos habitantes locais, quer se trate de pessoas físicas ou colectivas, faz parte integrante da justificação da sua existência. Infere-se daqui que ela é um serviço de proximidade e, assim, eminentemente local.

A Biblioteca Pública é também inclusiva e o Fundo Local é um instrumento privilegiado da missão que a compromete com a contribuição para a integração do indivíduo na comunidade, já que constitui um núcleo que procura espelhar a realidade local em todos os seus aspectos, incluindo documentação de uma extrema variedade, quer em suportes, quer em conteúdos, e destinada a um público potencial de grande heterogeneidade.

E por variedade de documentação, quer-se significar tanto documentos de carácter histórico, ou histórico-em-devir, como obras literárias, estudos, ensaios, publicações periódicas, documentos gráficos e documentação corrente destinada a satisfazer necessidades da vida quotidiana.

De facto, na sociedade que Manuel Castells baptizou de informacional, uma sociedade rede, genericamente caracterizada pela globalidade, pela interdependência e pela integração (CASTELLS, 1998), a biblioteca pública encontra-se cada vez mais condicionada pela necessidade de prestação de serviços claramente destinados à comunidade local, no que diz respeito à disponibilização, quer de programas de formação contínua adequados às suas necessidades (ao tecido socio-económico que constitui o potencial dos seus utilizadores), quer de todo o tipo de informação de carácter local, sob as formas tradicionais ou em suporte electrónico, através da Internet (ZIELSTRA, 1999).

É verdade que, actualmente, vários tipos de unidades culturais, muitas vezes criados especialmente para o efeito, adquirem com regularidade este tipo de documentação; mas, por alguma razão que terá a ver com essa justificação intrínseca à sua própria existência, parece ser a biblioteca pública a instituição que com mais perseverança assume o papel de relectora dos fundos sobre a localidade e, sobretudo, de difusora da informação local.

Qual é então o papel do Fundo Local na biblioteca pública? Que tipo de relação pode ter este serviço da Biblioteca com outras instituições locais com vocação semelhante? E, se pensarmos em termos de redes de informação local, qual é o papel que a biblioteca pública deve desempenhar na sua gestão e dinamização?

IR AO FUNDO DO FUNDO LOCAL

O tipo de descrição assente na funcionalidade que verificamos caracteriza a definição de biblioteca pública já não se aplica ao fundo local. Em várias fontes

consultadas, este é assumido como “um fundo documental que contempla todos os aspectos da história e da vida de uma determinada localidade” (PENSATO, 1984), “um conjunto organizado de espécies documentais, qualquer que seja o seu suporte, produzidos por uma comunidade ou com ela relacionados, e que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades” (NUNES, 1989), ou ainda um “fundo especial”, não no sentido de se circunscrever a um âmbito temático específico, pois que este é por definição genérico, mas no facto de se referir apenas a uma localidade: “fornece informação sobre a localidade em que se integra” (NICHOLS, 1979).

Temos pois que, o que define o fundo local não são os suportes dos documentos que acolhe¹, mas o tema genérico que os caracteriza, e que é a localidade – esta, considerada uma matéria específica que abarca ou pode abarcar o conjunto das matérias conhecidas, desde que se apliquem a uma comunidade determinada.

Por outro lado, na sequência desta evolução conceptual que transformou o tradicional conceito de *história local* no mais genérico e englobante de *estudos locais* e que, no extremo, se exprime pela afirmação hoje vulgar em história de que “o monumento é um documento”, é consensual a convicção de que um fundo local não se destina exclusivamente a investigadores, mas que funciona ao mesmo tempo como memória viva e fonte de informação actual sobre a vida corrente da comunidade. Destina-se pois a ser utilizado pela generalidade da população local e essa possibilidade de utilização, essa acessibilidade da informação de carácter local é essencial ao cumprimento da função democratizadora da biblioteca pública.

A verdade é que, sem de longe chegar ao exagero do italiano Francesco Barberi que, há três décadas, afirmava que a função essencial da biblioteca pública é “conservar os documentos relativos ao próprio território e documentar a vida da comunidade ao longo dos séculos” (BARBERI, 1967), o que é evidentemente limitado e redutor, “a estreita relação entre biblioteca e território induz a considerá-la o arquivo natural da produção documental local e, mais extensamente, da recolha documental da realidade local, seja como memória histórica, seja como informação actual” (PENSATO, 1984). Em consequência, “o fundo local deve servir a localidade da mesma maneira que a biblioteca nacional serve o país” (PENSATO, 1984), conservando a memória bibliográfica local e assegurando a sua transmissão às gerações vindouras.

A biblioteca pública recolhe informação sobre quem faz o quê, onde e quando numa localidade, e normalmente divulga essa informação em suporte electrónico ou em papel para o benefício da comunidade (ZIELSTRA, 1999). É em princípio a biblioteca pública, enquanto biblioteca de e para a comunidade, e por ser talvez a instituição cultural pública mais vulgarizada e normativamente coerente do território

nacional, que cabe assumir a responsabilidade de responder a uma procura diversificada, em nível e tipologia, de documentação local, e de colocar à disposição de um público também muito diversificado, mais vasto do que aquele que podem atender as bibliotecas especializadas, universitárias ou eruditas, a informação regional e local.

E sublinho “diversificada em nível” e “tipologia”, porque o utilizador do fundo local, tal como o utilizador da biblioteca pública é potencialmente qualquer habitante da comunidade que pretenda satisfazer uma necessidade básica de informação (o horário dos comboios, uma decisão específica da última reunião da assembleia municipal, o programa das festas do concelho, os estatutos de uma determinada associação, consultar um mapa, conhecer as áreas de protecção ambiental...), ou o cumprimento de um dever educativo (informações sobre monumentos, personalidades, tradições, acontecimentos que marcaram uma qualquer data), pesquisar com propósitos de investigação científica (estatísticas, primeiras edições das obras de um autor local, imagens de época...), recolher informações de âmbito profissional (uma empresa que necessita de fazer estudos de mercado, saber o n.º de freguesias, dados sobre a população, actividades económicas, etc.), ou satisfazer uma simples curiosidade que pode abarcar qualquer dos itens citados e muitos outros que nunca mais acabaríamos de enumerar.

Este mundo de potenciais utilizadores, se é variado no tipo de interesses que o podem levar ao fundo local, é igualmente variado no âmbito, quer das capacidades intelectuais de recolha de informação (desde crianças e jovens de todos os níveis de ensino, a pessoas que poderão ter da escolaridade mínima a estudos superiores avançados), quer das necessidades de aprofundamento das informações procuradas (uma simples descrição textual, uma imagem, ou toda a documentação sobre o assunto, uma obra de divulgação ou um estudo especializado...).

Quer isto dizer que, **no âmbito das funções que definem e justificam a biblioteca pública, o Fundo Local assume uma importância fulcral enquanto colecção e processo potenciador do desenvolvimento e da integração das populações, reafirmando o valor próprio da conservação e divulgação da memória local (e esta é uma das tradições que caracterizam as bibliotecas públicas dos países latinos e não há razão objectiva alguma para a renegar) e a utilidade da informação local corrente dos mais diversos tipos.**

De facto, os protagonistas da pesquisa das colecções locais já não provêm exclusivamente das fileiras dos historiadores, mas das da cultura etnográfica, sociológica, urbanística, semiológica, económica ou enfim de qualquer actividade profissional ou recreativa, numa multiplicação de aproximações que acompanha a própria evolução do conceito latino de biblioteca pública ao longo dos últimos 30 anos.

É assim que, à diversificação dos interesses e aproximações e à democratização do acesso, corresponde uma diversificação das fontes e dos instrumentos da pesquisa local e, logo, dos suportes documentais em que esta se irá fundamentar, estimulando indirectamente uma maior atenção por parte das bibliotecas ao confronto com a documentação corrente, cujo peso na constituição das colecções passa pelo menos a equivaler-se, se não eventualmente a ultrapassar o peso dos valores bibliográficos tradicionais.

DA POSSE, DO USO E DO ACESSO

No entanto, e paradoxalmente, ao passar a integrar tanto fontes imateriais resultantes da tradição oral (gravações de depoimentos, histórias, festividades...), como vários tipos de fontes materiais anteriormente não associadas à biblioteca (fotografias, filmes, e outra documentação não convencional), ou ainda recursos electrónicos acessíveis em linha, de produção própria ou externa, o Fundo Local parece começar a ultrapassar as fronteiras da biblioteca pública e a confundir-se com outras instituições culturais que, com igual legitimidade, reivindicam autoridade sobre a conservação, tratamento e divulgação de colecções documentais locais: refiro-me não apenas aos arquivos municipais, mas também a museus de história local e centros de documentação local.

A questão das relações entre os lugares tradicionais e actuais de conservação da memória local não é uma questão teórica ou académica: são frequentes os confrontos entre os vários equipamentos, biblioteca pública, museu, arquivo, centro de documentação relativamente às competências de cada um, sendo difícil estabelecer limites e fronteiras para os domínios próprios de instituições em aparência igualmente vocacionadas para o mesmo tema.

De facto, os documentos (e actividades e competências correlativas) disputados são fonte e material típico de qualquer colecção de carácter local: impressos oficiais, actos administrativos, publicações de partidos, sindicatos e associações, boletins e jornais locais, cartazes, fotografias, estampas, registos vídeo e sonoros, plantas, mapas, documentos em suporte magnético, etc., isto é, todos os meios que reproduzem factos históricos ou da vida corrente, festividades, retratos de pessoas e monumentos e, enfim, contribuem para a caracterização da vida local ao longo dos tempos e na actualidade. Trata-se portanto de documentos que, numa biblioteca, entram na categoria dos chamados materiais especiais, que exigem um tratamento técnico específico, que pode ser de carácter arquivístico, museológico ou puramente documental (PENSATO, 1984).

Não são porém o suporte, nem a forma, nem o conteúdo que definem o destino dos documentos: o facto de documentos emanados da actividade orgânica da

autarquia ou de uma associação serem frequentemente publicados sob forma impressa, ou estarem actualmente disponíveis em linha na página da instituição na Internet não invalida o seu carácter arquivístico (de acordo com a definição até hoje não contestada de arquivo), da mesma maneira que documentos fotográficos são à vez suportes de informação documental típicos e espécies museológicas com inteiro cabimento num museu de fotografia ou de história local.

Donde, e se nos restringimos a falar sobre a instituição à qual cabe a responsabilidade da guarda de tais materiais, o que mais verdadeiramente pode determinar o destino de um documento não são as suas características intrínsecas de forma e/ou conteúdo, mas o seu uso, ou seja, e voltamos a um aspecto determinante na tese que venho desenvolvendo, o seu carácter funcional e a relação com o público a que se destina – e que, como vimos observando, é potencial e desejavelmente o conjunto dos habitantes da comunidade local.

Acresce que este tipo de instituições vem-se multiplicando nos últimos anos sob diversas formas no âmbito de um crescente desejo, nem sempre coerentemente formulado e aplicado, de intervenção cultural por parte das autarquias; e tratando-se precisamente de organismos autárquicos, criados e administrados pelos municípios com o objectivo de servir as populações, a vocação de serviço público e, em consequência, de democratização do acesso à informação local, é comum a todas elas.

O problema das competências continua pois a manifestar-se: se não são o suporte, nem os conteúdos específicos, nem os destinatários, nem sequer os objectivos que determinam qual é a instituição que deve responsabilizar-se pelas colecções de carácter local, então como se fará a convivência entre elas e como determinar as competências de cada uma sem obrigar a autarquia a duplicar ou triplicar gastos na manutenção de instituições com vocações semelhantes?

A questão é fundamentalmente política. Nos dias de hoje, o problema da localização física dos documentos e da informação é talvez o que menos importa. O critério determinante no sucesso da utilização ou na viabilidade de qualquer colecção é o acesso.

O acesso passa antes de mais por três vectores:

- a existência de bons catálogos em linha, resultantes de um tratamento técnico sério e adequado dos documentos e que no futuro corresponderão, pelo menos em parte, a bibliotecas digitalizadas;
- a cooperação entre instituições, quer no que diz respeito ao tratamento, quer na disponibilização para consulta dos catálogos e dos documentos físicos, o que

significa a implantação de serviços efectivos de empréstimo interbibliotecário e interinstitucional.

- a consciência de que, actualmente, a fluidez é uma característica dominante da criação e difusão dos recursos de informação que, ao integrarem um espaço electrónico partilhado, podem ser reutilizados, transformados e retransmitidos de múltiplas formas (DEMPSEY, 1999).

Ora o acesso é fundamentalmente uma questão de vontade política e de execução de programas coerentes de informação. Ou seja, **o importante não é tanto a coexistência física de instituições com vocações semelhantes, mas a sua coexistência em termos de orgânica de gestão e a sua inserção em programas autárquicos globais de acesso à informação, que permitam a rentabilização de espaços, recursos humanos e colecções e, sobretudo, que assegurem a maior qualidade possível na divulgação destas.**

Isto é, o que muitas vezes falta é precisamente a existência de um plano cultural e de acesso à informação coerente por parte da autarquia, baseado no interesse comum e não em interesses corporativos. Daí resulta a criação de organismos múltiplos com fins semelhantes, sem que cada um tenha as condições financeiras, físicas e de equipamento adequados e os recursos humanos competentes necessários ao cumprimento das missões que lhes são atribuídas, sendo que muitas vezes essas mesmas missões emanam de conceitos vagos e difusos que cedo transformam a instituição num espaço vazio de conteúdo e inoperante.

Por outro lado, a verdade é que, em muitos casos, a dispersão física pode até ser vantajosa, evitando a existência de complexos híbridos e monstruosos de efeitos duvidosos e permitindo uma maior diversidade de ideias e processos de difusão e, inclusive, aumentando as possibilidades de atingir camadas mais diversas da população.

REDES E COOPERAÇÃO

Levam-nos estas reflexões a outra questão central do acesso aos documentos de carácter local, que é a da cooperação. De facto, a existência de uma política de gestão documental por parte da autarquia implica o desenvolvimento de fortes laços de cooperação entre as instituições que eventualmente estejam vocacionadas para tipos de actividades semelhantes, quer, como já foi dito, ao nível do tratamento técnico e da construção e disponibilização de catálogos, quer do empréstimo interinstitucional, quer na realização conjunta de actividades de animação e difusão e sua divulgação pública.

E também no que diz respeito à constituição das colecções, onde alguns critérios básicos são de qualquer modo perfeitamente claros: cabe ao arquivo

municipal, e não à biblioteca, a responsabilidade pela conservação e comunicação dos documentos emanados da actividade da autarquia, das paróquias e de outras instituições locais, incluindo arquivos de família, que nele queiram salvaguardar o testemunho da sua actividade, da mesma maneira que o centro de documentação local não tem, por definição, de possuir a guarda física de todos os documentos de carácter local, mas possibilitar a sua localização, ou que o museu conserva espécimens de documentos que retratam a realidade e a evolução da comunidade, mas poderá não estar vocacionado para os conservar a todos exhaustivamente.

Em caso de conflitos de competências, é como sempre importante que o bom senso impere nas decisões: nada obsta a que o fundo local da biblioteca pública se restrinja à informação publicada em qualquer suporte e que trate de assuntos locais ou emane de personalidades ligadas à localidade, quer se trate de literatura (em sentido amplo) corrente, quer de literatura cinzenta, que é uma fonte inesgotável de informação em permanente produção e risco de imediato desaparecimento; quando se justifique, a biblioteca pública pode inclusive depositar colecções específicas noutra instituição, que melhor assegure a sua divulgação: se houver numa localidade um bom museu de cerâmica, não é descabido que nele se concentrem os documentos relativos a essa actividade, mesmo que a sua propriedade legal seja da biblioteca – o essencial é que a cooperação entre instituições funcione e que impere o interesse dos utilizadores.

De certa forma, é à biblioteca pública, em consequência das missões que lhe estão atribuídas e da inegável abrangência dos objectivos que a norteiam e dos serviços que presta, que cabe fazer a ligação entre todas estas instituições, providenciar o acesso a todos os tipos de catálogos, inventários e índices que se refiram à documentação local, estimular a colaboração técnica e científica para o tratamento das colecções existentes em cada uma e noutras instituições, muitas delas particulares, assumindo como objectivo último a sua valorização e comunicação – e nada disto é especialmente complicado na sociedade de rede em que progressivamente nos vamos inserindo e desde que sejam vencidos os obstáculos corporativos, pseudo-ideológicos e burocráticos que tantas vezes são a pedra no sapato da democracia.

Por outro lado, é à biblioteca pública, enquanto “porta local de acesso ao conhecimento” (IFLA / UNESCO, 1994), ou seja, lugar de frequência quotidiana, rotineira, das populações, que estas preferencialmente se dirigem quando necessitam de obter informações pertinentes para o seu dia a dia: o fundo local de uma biblioteca pública é cada vez mais a fonte de informação privilegiada sobre assuntos da vida corrente da localidade – inclusive, a biblioteca pública é um dos lugares onde as autarquias devem introduzir postos de acesso, virtuais ou não, à informação

administrativa aos cidadãos e ela deve ser sempre considerada na definição de qualquer política local de acesso à informação.

Tão só porque, mais do que a qualquer outra instituição local, é a ela que cabe a promoção do acesso das populações à informação, como à educação informal, à diversidade da criação artística e cultural e ao lazer, porque ela é por definição um agente de base da democracia – mas evidentemente sem que, para cumprir as suas missões, ela asfixie outras instituições que podem enriquecer e diversificar os objectivos que pretende atingir.

Alguns recursos de Fundos Locais de Bibliotecas Públicas disponíveis na Internet:

BALTIMORE COUNTY PUBLIC LIBRARY – *Our community: infobank, local business, connections, legacy web, nonprofits*. Disponível em www.bcplonline.org/info/comm/ . últ. consulta 2004 Jul. 08.

CHRISTCHURCH CITY LIBRARIES – *Our city. Local history*. Disponível em <http://library.christchurch.org.nz/OurCity.asp> . últ. consulta 2004 Jun. 08.

NEW HANOVER COUNTY PUBLIC LIBRARY – *Local history*. Disponível em <http://www.co.new-hanover.nc.us/lib/pages/localhistory.htm> . últ. consulta 2004 Jul. 08.

TOLEDO-LUCAS COUNTY PUBLIC LIBRARY – *Toledo local history images*. Disponível em www.toledolibrary.org/history/tol_images.html . últ. consulta 2004 Jul. 08.

V.N.FAMALICÃO. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco – *Histórias de vida: histórias do concelho de vila nova de famalicão*. Disponível em: www.bib-camilo-castelo-branco-rcts.pt . últ. consulta 2001 Jul. 30.

Referências Bibliográficas

DEMPSEY, Lorcan (1999) – The Network and the library: working in a new shared space: infrastructure and institutions. *The Electronic Library*, 17 (4), p. 207-211.

FALK, Howard (2000) – Local history goes online. *The Electronic Library*, 18 (1), p. 76-81.

HOBBS, John L. (1973) – *Local history and the library: completely revised and partly rewritten by George A. Carter*. London: Deutsch.

A LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL: Manifesto (1983). *Cadernos BAD*. Lisboa, 1, p. 11-14.

MANIFESTO DA UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas. *Bibliomédia Revista*, Guimarães, 1, p. 44-45.

NICHOLS, H. (1979) – *Local studies librarianship*. London: Bingley.

NUNES, Henrique Barreto (1989) – A biblioteca e a memória da vida local. *Boletim Cultural*, Vila Nova de Famalicão, 9, p. 91-96.

NUNES, Manuela Barreto (1992) – Indexação de fundos locais em bibliotecas de leitura pública: uma reflexão. *Bibliomédia Revista*, Guimarães, 0, p. 27-31.

PENSATO, Rino; MONTANARO, Valerio (1984) – *Le Fonti locale in Biblioteca*. Milano: Editrice Bibliografica.

ZIELSTRA, Julie (1999) – Building and testing a web-based community network. *The Electronic Library*, 17 (4), p. 231-238.

(1) Comunicação apresentada na *Jornada de Reflexão Sobre Fundos Locais em Bibliotecas Públicas e Centros de Documentação*, Loures, 25 Nov. 2001.

¹ Os quais, de acordo com a concepção contemporânea de biblioteca não se restringem aos documentos impressos, mas abarcam outros materiais, sonoros, visuais, multimédia ou electrónicos, nem aos normativamente publicados, pois que as publicações efémeras, a chamada literatura cinzenta (em que agora, para complexificar ainda mais as coisas, se poderão incluir muitos dos recursos temporariamente disponíveis na Internet), ou as gravações da tradição oral ganharam estatuto de dignidade própria